

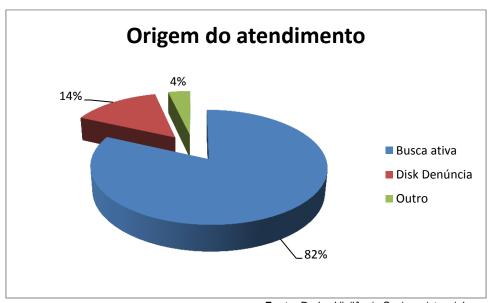




Análise da abordagem social a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil realizada no período de janeiro a março de 2018

No período de janeiro a março/2018, a organização parceira Pastoral do Menor realizou 110 abordagens a 84 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, por meio do Projeto Anjos das Ruas. Das 84 crianças e adolescentes abordadas 15 foram abordadas mais de uma vez, sendo identificada a reincidência no trabalho infantil, mesmo após as orientações e encaminhamentos realizados pela equipe de abordagem social.

A abordagem foi realizada em sua maioria por busca ativa da equipe da abordagem, em 82% dos casos, sendo outros 14% provocados pelo Disk Denúncia.



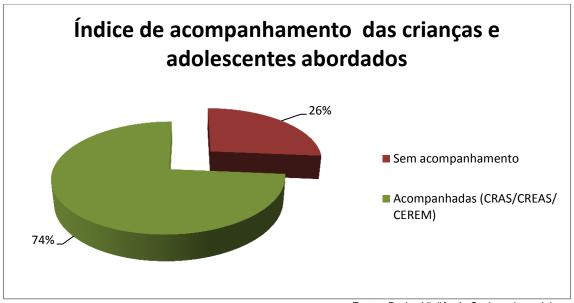
Fonte: Dados Vigilância Socioassistencial

Considerando as 110 abordagens realizadas identificou-se que 26% (29 crianças e adolescentes) não estão em acompanhamento pelos equipamentos da SIAS (CRAS/CREAS), dos quais 19 não apresentam registro no SAFI. As demais, 74% já foram atendidas ou continuam em atendimento nas unidades de CRAS e/ou CREAS. Destaca-se ainda que 2 famílias já foram acompanhadas pelo Conselho Tutelar e outras 2 pelo CEREM.

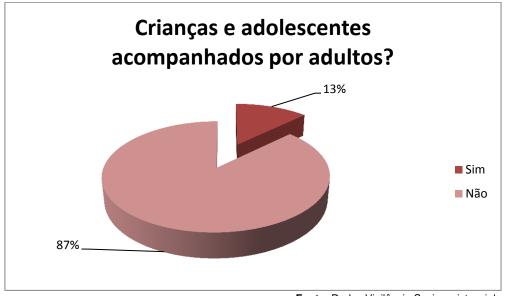








Apenas 13% das crianças e adolescentes abordados estavam na companhia ou sob supervisão de algum adulto durante o exercício do trabalho infantil, os demais (87%) estavam sozinhos. Esse dado é bastante preocupante considerando os riscos que essas crianças e adolescentes se expõem diariamente em meio a carros, avenidas movimentadas e a própria violência urbana.



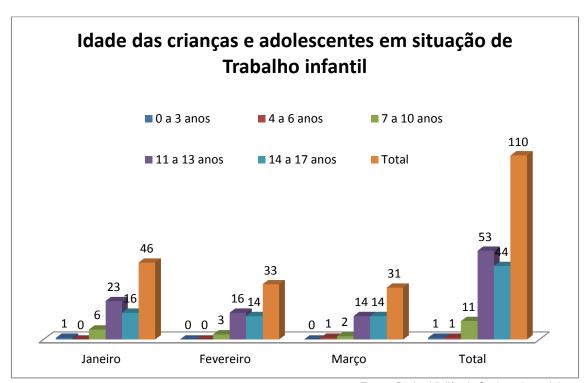






Perfil dos abordados

Considerando as 110 abordagens realizadas, observa-se que a maior concentração etária das crianças e adolescentes abordados encontra-se entre os 11 e 13 anos (48%), seguidos por adolescentes de 14 a 17 anos (40%). As crianças com idade entre 7 e 10 anos, representam apenas 10% dos abordados, contudo não devem ser desconsideradas visto que um dos objetivos principais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é trabalhar a prevenção, evitando que essas crianças e seus irmão menores venham a permanecer na situação de risco do trabalho infantil.



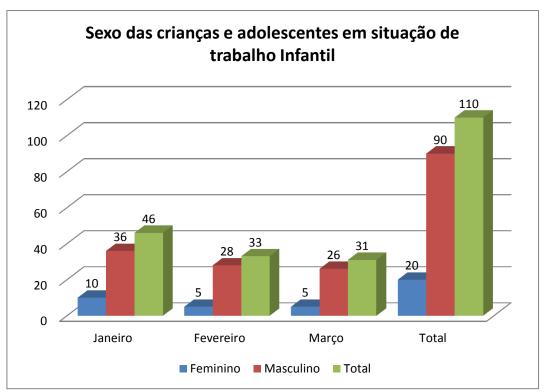
Fonte: Dados Vigilância Socioassistencial

Dos abordados 81% são do sexo masculino, a baixa incidência de meninas abordadas não indica necessariamente que elas não se apresentam em situação de risco no município, visto que é bastante comum a existência de trabalho infantil doméstico, com afazeres de casa ou cuidado de crianças menores. Essas ações geralmente são desempenhadas pelas filhas mulheres e é uma situação de trabalho infantil mais difícil de ser identificada, por ocorrer no ambiente doméstico. De acordo com dados da PNAD contínua – Trabalho Infantil 2016, no Brasil, 50,2% das crianças de 5 a 17 anos realizaram essas tarefas, sendo a incidência maior nas regiões Centro-Oeste e Sul.









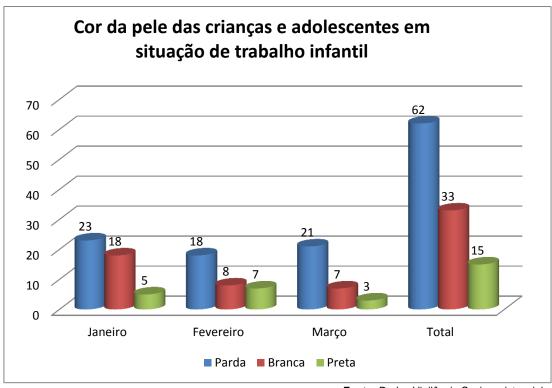
Quanto a cor da pele das crianças e adolescente abordados 56% são de cor parda e 30% de cor branca. As crianças com cor da pele preta representaram apenas 14% dos abordados. O IBGE não diferencia pretos e pardos em sua classificação, considerando ambas uma única categoria, assim, de acordo com dados de 2016, a região sudeste apresenta 58,4% de crianças e adolescentes pretos ou pardos em situação de trabalho infantil e 41,6% brancos.

Utilizando essa mesma categoria, teríamos em Sorocaba, 70% dos abordados de cor preta ou parda e 30% brancos.









Escolaridade

De acordo com informações da PNAD contínua – Trabalho Infantil 2016, no Brasil, em média 81,4% das crianças ocupadas frequentavam a escola em 2016. Os dados da abordagem social no município de Sorocaba identificaram que 70% das crianças e adolescentes abordados afirmaram estar frequentando a escola. A taxa de evasão escolar é maior no grupo de 14 a 17 anos, 22 dos 30 identificados fora da escola possuem essa faixa etária, o que corresponde a 73% de todo o público identificado evadido.

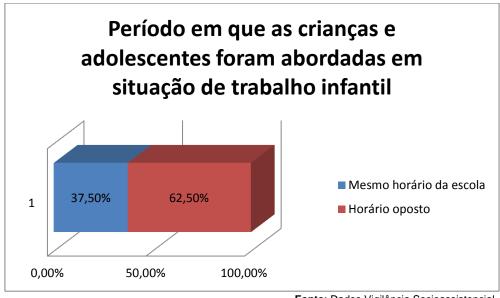








O fato de 70% dos abordados estarem frequentando a escola nos indica a necessidade de vislumbrar ações além da qualidade de ensino para a erradicação do trabalho infantil. A exigência de manter-se na escola já não pode ser mais considerada uma condicionalidade capaz de erradicar o trabalho infantil, visto que de acordo com os dados levantados a maioria das crianças exercem a atividade remunerada no horário oposto a escola, das 72 crianças/adolescentes abordadas que informaram o período em que estudam, 62% estavam ocupadas em horário oposto a escola.





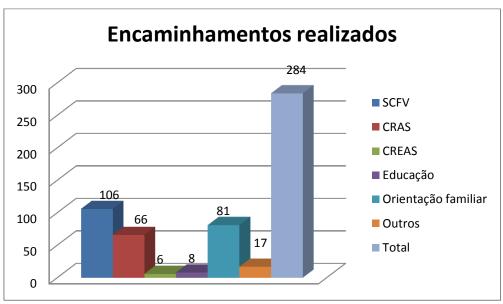




São necessárias estratégias e intervenções de políticas públicas que permitam a matrícula desses jovens em período integral, ou a oferta de serviços de convivência de contraturno diários que assegurem atividades de seu interesse, capazes de mantê-los fora do risco do trabalho precoce.

Encaminhamentos

O serviço de abordagem social além das orientações às crianças e adolescentes realiza encaminhamentos com o intuito de erradicar o trabalho infantil, através do atendimento à criança e sua família. No período de janeiro a março de 2018, foram realizados 284 encaminhamentos, dos quais 106 (38%) foram para que as criança/adolescentes abordado participasse de atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Foram ainda, realizados 81 (28%) encaminhamentos para orientação familiar e 66 (23%) para o atendimento das famílias pelo CRAS.



Fonte: Dados Vigilância Socioassistencial

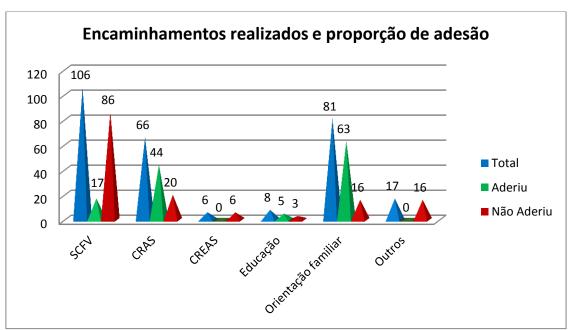
Considerando que a situação de trabalho infantil caracteriza-se por uma situação de risco social instalada, além dos CRAS, os CREAS devem estar presentes no acompanhamento das famílias, especialmente nos casos de não adesão ao SCFV e reincidência na situação de trabalho infantil. No período foram realizados apenas 6 (2%) encaminhamentos aos CREAS pelo serviço de abordagem social.







De acordo com os dados de acompanhamento dos encaminhamentos realizados observa-se que 51% dos 284 realizados não tiveram adesão. A recusa mais expressiva refere-se ao SCFV, com 81% de não adesão. Dos 106 encaminhamentos realizados para esse serviço, apenas 17 tiveram adesão.



Fonte: Dados Vigilância Socioassistencial

O encaminhamento com adesão mais expressiva é referente a orientação familiar, dos 81 encaminhamentos realizados 63 (77%), tiveram aceite.

Território de intervenção

O conceito de território é muito mais amplo do que um simples espaço geográfico, deve ser entendido como o ambiente com as pessoas residem e se relacionam. Considerando essa visão de conceito mais abrangente, para considerar as possibilidades de erradicação do Trabalho infantil devemos identificar o local de moradia desses jovens, bem como a oferta de serviços para seu atendimento, considerando as dificuldades de deslocamento e socioeconômicas para acesso aos serviços.

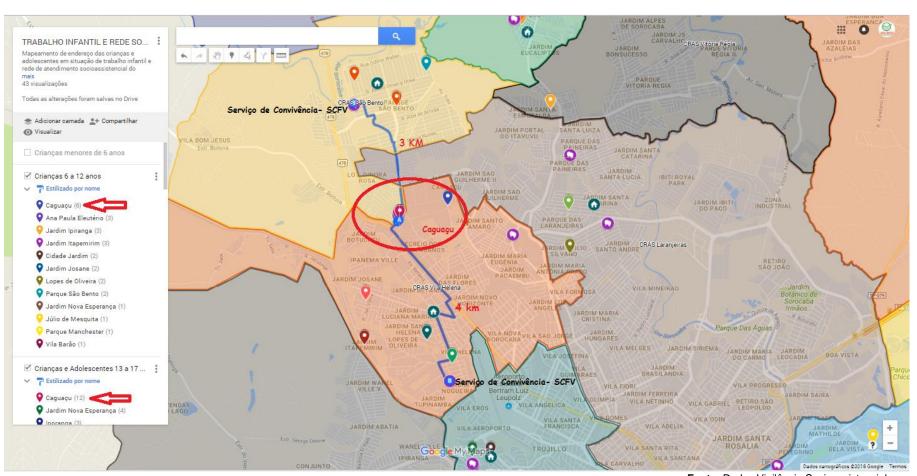
Anteriormente apresentamos uma taxa de recusa altíssima à adesão no SCFV, observando o território de moradia das crianças e adolescentes abordados e a disponibilidade de serviços de convivência, podemos supor que a recusa dá-se, entre outros fatores, pela dificuldade de deslocamento.







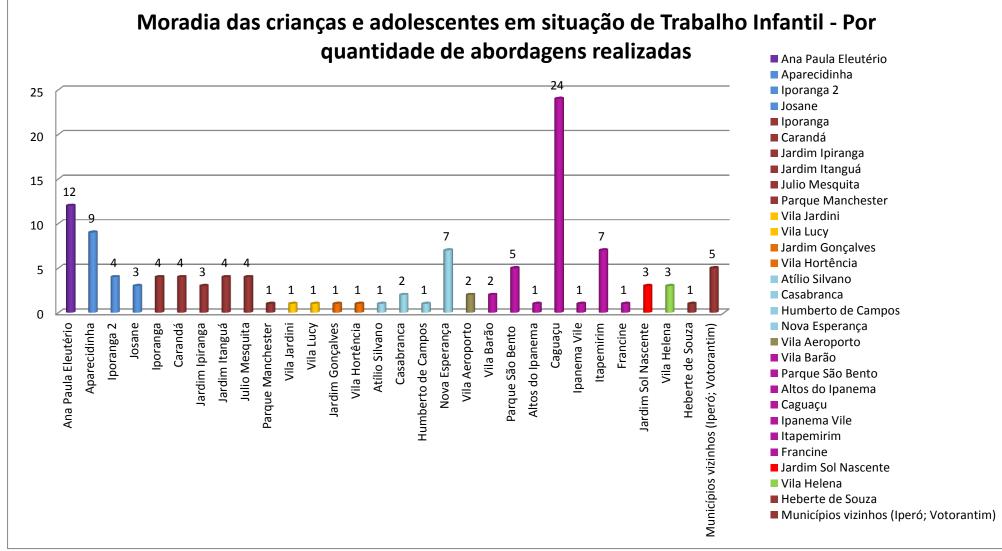
O mapa abaixo apresenta com clareza a dificuldade de acesso aos SCFV pelas crianças e adolescentes abordados e residentes na região do CRAS Vila Helena, mais especificamente na região do Caguaçu. Os SCFV conveniados mais próximos ficam no mínimo a 3 km de distância da residência das crianças. Convém destacar que mesmo que haja a oferta de vale transporte deve-se considerar a necessidade de um SCFV no território, visto que as crianças não têm condições de usar ônibus sozinhas, sendo a necessidade de acompanhante mais um dificultador para o acesso a este serviço.













SIAS Secretaria de Igualdade e Assistência Social



A tabela abaixo especifica a faixa etária das crianças abordadas por bairro de moradia e CRAS de referência. A identificação por faixa etária e territorialização permite o planejamento de serviços que atendam as peculiaridades de cada ciclo de vida e a implantação de ações próximas as moradias dessas crianças e adolescentes, garantindo assim a adesão ao serviço.

		Faixa etária					Tabel and one
CRAS de Referência	Bairro	0 a 6 anos	7 a 11 anos	12 a 13 anos	14 a 17 anos	Total	Total por CRAS
Ana Paula Eleutério	Ana Paula Eleutério	0	2	1	5	8	8
Aparecidinha	Aparecidinha	1	5	1	2	9	16
	Iporanga 2	0	0	1	3	4	
	Josane	0	3	0	0	3	
Cajuru	Iporanga	0	0	1	1	2	2
Carandá	Carandá	1	0	1	2	4	4
Ipiranga	Jardim Ipiranga	0	2	1	0	3	12
	Júlio de Mesquita	0	1	1	0	2	
	Jardim Itanguá	0	2	0	2	4	
	Parque Manchester	0	0	1	0	1	
	Vila Jardini	0	0	0	1	1	
	Vila Lucy	0	0	0	1	1	
João Romão	Jardim Gonçalves	0	0	1	0	1	2
	Vila Hortência	0	0	0	1	1	
Laranjeiras	Atílio Silvano	0	0	0	1	1	2
	CasaBranca	0	0	1	0	1	
Nova Esperança	Humberto de Campos	0	1	0	0	1	10
	Nova Esperança	0	1	3	1	5	
	Vila Aeroporto	0	0	1	1	2	
	Vila Barão	0	0	1	1	2	
Parque São Bento	Parque São Bento	0	1	1	3	5	5
Vila Helena	Caguaçu	0	5	7	8	20	32
	Jardim Itapemirim	0	1	5	1	7	
	Altos do Ipanema	0	0	1	0	1	
	Ipanema Ville	0	1	0	0	1	
	Jardim Francine	0	0	0	1	1	
	Jardim Sol Nascente	0	0	0	1	1	
	Vila Helena	0	0	0	1	1	
Vitória Régia	Hebert de Souza	0	0	1	0	1	1
Outros municípios	Votorantim	0	0	2	1	3	5
	Iperó	0	0	0	2	2	
							_

Fonte: Dados Vigilância Socioassistencial

Os dados supracitados foram tabulados considerando planilha encaminhada pela Pastoral do Menor com dados das crianças abordadas no período de janeiro a março/2018. Convém destacar que a coordenadora do CRAS Aparecidinha informou que recebeu no mês de dezembro/2017 o protocolo de encaminhamento de **6 famílias** com crianças abordadas pelo serviço, das

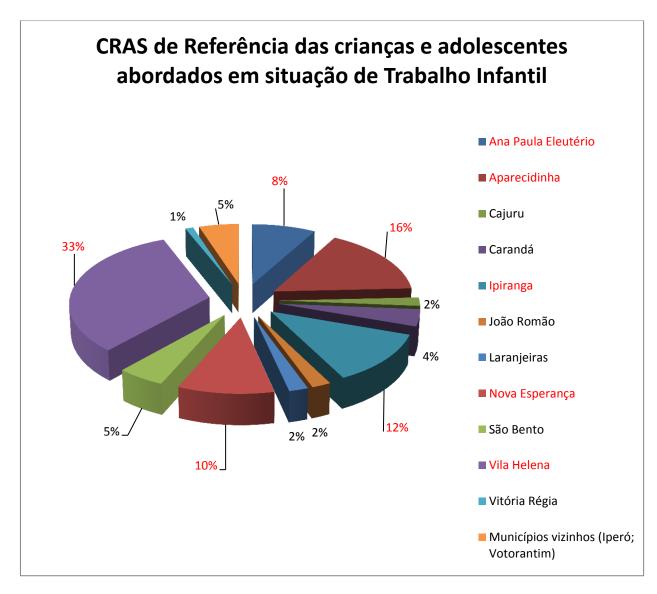


SIAS Secretaria de Igualdade e Assistência Social



quais 3 também foram compartilhadas com o CREAS Sul/Leste para acompanhamento familiar. Entendendo que essas crianças devem ser consideradas no planejamento de ações para erradicação do Trabalho Infantil nesse território, adicionamos os dados na tabela para auxiliar no planejamento do CRAS.

A região do CRAS Vila Helena concentra a moradia de 33% das crianças e adolescentes abordados e apresenta um déficit de serviços de convivência direcionado para esse público. As regiões do CRAS Ipiranga (12%), CRAS Aparecidinha (16%), CRAS Nova Esperança (10%) e CRAS Ana Paula Eleutério (8%) também apresentaram uma concentração significativa de crianças e adolescentes em situação de Trabalho infantil.

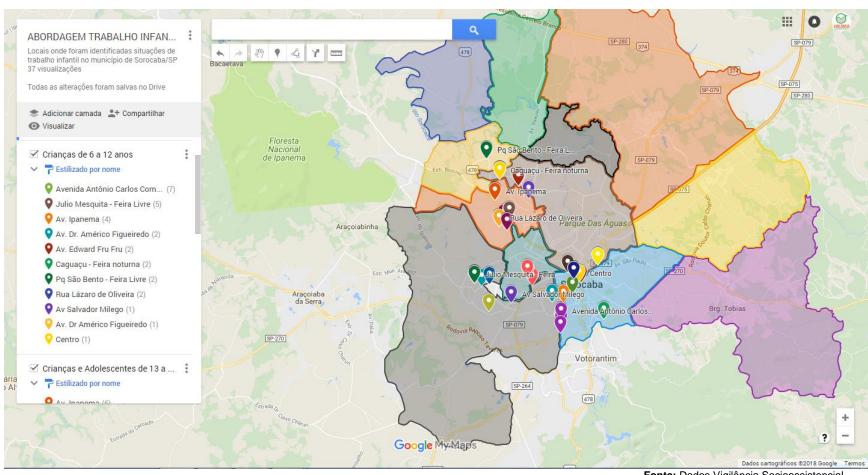




SIAS Secretaria de Igualdade e Assistência Social



Os locais de maior permanência das crianças e adolescentes durante o exercício da atividade remunerada são as avenidas principais do município, onde realizam o comércio de produtos no tempo de espera dos semáforos. As avenidas de maior permanência são a Avenida Ipanema – Zona Norte e a Av. Antonio Carlos Comitre – Zona Sul, na altura do Campolim. Nos bairros é mais comum a presença de crianças em feiras livres, auxiliando nas barracas, carregando compras e afins, especialmente nos bairros Júlio de Mesquita e Caguaçu.

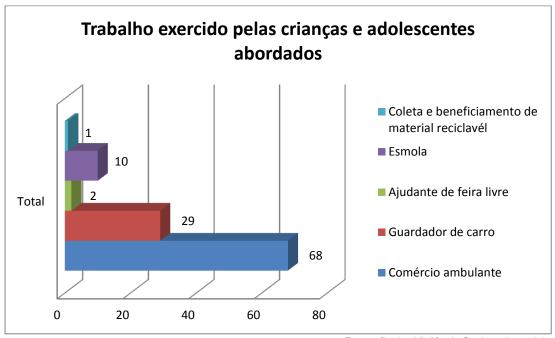








No gráfico abaixo é possível observar que 61% das abordagens realizadas referem-se a crianças e adolescentes desempenhando a atividade de comércio ambulante. 26% dos abordados estavam trabalhando como guardador de carros e 9% estavam esmolando. O ato de esmolar não se configura como uma ocupação de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações — CBO do Ministério do Trabalho, mas considerando todos os riscos a que a criança e adolescente que o exercem estão expostos, essa atividades é tão grave quanto às demais formas de trabalho infantil, devendo também ser erradicada.



Fonte: Dados Vigilância Socioassistencial

Não foram coletados dados sobre o rendimento das crianças e adolescentes abordados. Sendo a informação importante, deverá ser solicitada em nova fase da pesquisa.